

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016
Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	971	545	46.475	74.639
Concessionárias	5			35.067	30.887
Impostos e contribuições sociais	6			7.415	10.801
Dividendos a receber	10	17.000	12.817		
Cauções e depósitos vinculados	11			3.033	27.646
Prêmio de risco - GSF	9			2.294	2.294
Outros créditos	12			8.020	7.720
Total do Ativo Circulante		17.971	13.362	102.304	153.987
Não circulante					
Impostos e contribuições sociais	6	8.461	5.800	8.461	5.800
Tributos diferidos	7	48.817		53.614	7.351
Cauções e depósitos vinculados	11			30.753	3.127
Prêmio de risco - GSF	9			25.805	4.905
Outros Créditos	12			4	
		57.278	5.800	118.637	21.183
Investimentos	13	871.252	861.731		
Imobilizado	14		4	1.153.195	1.166.469
Intangível	15			566.196	582.513
		871.252	861.735	1.719.391	1.748.982
Total do Ativo Não circulante		928.530	867.535	1.838.028	1.770.165
TOTAL DO ATIVO		946.501	880.897	1.940.332	1.924.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receitas	22	-	-	230.243	212.597
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23			(58.047)	(72.643)
Custo do serviço de energia elétrica				(42.609)	(39.117)
Custo de operação				(100.656)	(111.760)
Lucro bruto				129.587	100.837
Despesas e Receitas operacionais	23			(3.900)	(5.069)
Despesas gerais e administrativas		(472)	(553)	(19.721)	(19.870)
Depreciações e amortizações		(11.460)	(11.464)	(112)	(1.913)
Outras despesas e receitas operacionais		(11.932)	(12.017)	(23.733)	(26.852)
Resultado das participações societárias	13.1	43.840	31.145		
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		31.908	19.128	105.854	73.985
Resultado financeiro	24			12.101	12.111
Receitas financeiras		1.321	75	(131.650)	(122.362)
Despesas financeiras		(52.448)	(54.409)	(119.549)	(110.251)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(19.219)	(35.206)	(13.695)	(36.266)
Tributos sobre o lucro	25			(9.537)	(7.312)
Imposto de renda e contribuição social correntes				58.565	10.691
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.552	2.319	49.028	3.379
Resultado líquido do exercício		35.333	(32.887)	35.333	(32.887)
Atribuível aos acionistas controladores				35.333	(32.887)
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26				
Resultado básico/ diluído por ação (Reais/Ações)					
ON		1,36983	(1,27500)	1,36983	(1,27500)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2016 e 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Geração do valor adicionado	-	-	289.732	369.881
Receita operacional			266.420	246.724
Receita relativa à construção de ativos próprios			23.215	123.146
Outras receitas			97	11
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(449)	(430)	(95.950)	(209.347)
Custos da energia comprada			(36.303)	(51.771)
Encargos de uso da rede elétrica			(27.661)	(28.276)
Materiais			(1.948)	(18.935)
Serviços de terceiros	(445)	(516)	(20.134)	(102.715)
Outros custos operacionais	(4)	86	(9.904)	(7.650)
Valor adicionado bruto	(449)	(430)	193.782	160.534
Retenções				
Depreciações e amortizações	(11.460)	(11.464)	(45.721)	(45.718)
Valor adicionado líquido produzido	(11.909)	(11.894)	148.061	114.816
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	1.385	77	12.681	12.329
Resultado da equivalência patrimonial	43.840	31.145		
Valor adicionado total a distribuir	33.316	19.328	160.742	127.145
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta			4.570	5.094
Benefícios			672	975
FGTS			351	396
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(52.637)	(922)	(10.147)	31.641
Estaduais		96	87	209
Municipais			1	1
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	50.598	53.014	129.800	120.966
Aluguéis	22	27	75	750
	(2.017)	52.215	125.409	160.032
Lucro retido/Prejuízo do exercício	35.333	(32.887)	35.333	(32.887)
	33.316	19.328	160.742	127.145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	16	30	33	20.938	27.414
Impostos e contribuições sociais	6	1.859	1.401	8.354	9.936
Debêntures	17	124.559	128.979	124.559	128.979
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			54.244	53.635
Uso do bem público	19			1.673	1.514
Provisões	20			11.870	10.228
Outras contas a pagar	12	7	7	997	1.277
Total do Passivo Circulante		126.455	130.420	222.635	232.983
Não circulante					
Tributos diferidos	7		5.735	183.877	196.179
Debêntures	17	116.255	232.484	116.255	232.484
Empréstimos e financiamentos	18			688.740	729.942
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	129.200	26.000	129.200	26.000
Uso do bem público	19			20.677	19.526
Provisões	20			4.084	654
Outras contas a pagar	12	36	36	309	162
Total do Passivo Não Circulante		245.491	264.255	1.143.142	1.204.947
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.1	578.624	525.624	578.624	525.624
Prejuízos acumulados		(4.069)	(39.402)	(4.069)	(39.402)
Total do Patrimônio líquido		574.555	486.222	574.555	486.222
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		946.501	880.897	1.940.332	1.924.152

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	525.624	(6.515)	519.109	519.109
Prejuízo do exercício		(32.887)	(32.887)	(32.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	525.624	(39.402)	486.222	486.222
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	525.624	(39.402)	486.222	486.222
Aumento de capital AGE de 12/04/2016	53.000		53.000	53.000
Lucro líquido do exercício		35.333	35.333	35.333
Saldos em 31 de dezembro de 2016	578.624	(4.069)	574.555	574.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(19.219)	(35.206)	(13.695)	(36.266)
Ajustes para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	11.460	11.464	52.288	52.286
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1		518	10
Amortização do prêmio de risco - GSF			2.294	4.161
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	50.598	53.014	120.403	115.187
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			2.911	3.006
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			12	1.178
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			2.808	1.690
Participações societárias	(43.840)	(31.145)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária				12
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(1.014)	(24)	(1.461)	(39)
Outros			509	412
	(2.014)	(1.897)	162.702	138.502
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			(4.180)	52.324
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(83)	(3)	(9.967)	(12.334)
Cauções e depósitos vinculados			(91)	(383)
Prêmio de risco - GSF			(23.194)	(11.360)
Outros ativos operacionais			(813)	(3.700)
	(83)	(3)	(38.245)	24.547
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(3)	(3)	(6.672)	7.849
Outros tributos e contribuições sociais	1.894	(621)	16.168	17.358
Provisões			(3.221)	(6.920)
Uso do bem público			(1.601)	(1.474)
Outros passivos operacionais			33	(915)
	1.891	(591)	4.541	15.898
Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	(206)	(2.491)	128.998	178.947
Imposto de renda e contribuição social pagos			(14.938)	(44.700)
Caixa líquido (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais	(206)	(2.491)	114.060	134.247
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	15.679	69.426		
Adições ao Imobilizado e Intangível			(17.742)	(119.514)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	15.679	69.426	(17.742)	(119.514)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Cauções e depósitos vinculados			963	(2.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital	129.200	26.000	129.200	26.000
Aumento (redução) de capital líquido do custo de emissão	27.000		27.000	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				24.516
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(116.667)		(168.145)	(29.283)
Pagamentos de encargos de dívidas	(54.580)	(92.618)	(113.500)	(128.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(15.047)	(66.618)	(124.482)	(109.374)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	426	317	(28.164)	(94.641)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	971	545	46.475	74.639
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	545	228	74.639	169.280
	426	317	(28.164)	(94.641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia, CEJA ou Controladora) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil), com sede no município de São Paulo - SP. Possui como objeto social as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia adquiriu, em 2011, 100% da participação acionária da ECE Participações S.A. (ECE Participações), sendo esta detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari).

A Companhia, nos últimos exercícios, tem apresentado em seus resultados prejuízos acumulados, todavia, de acordo com as projeções de resultados futuros e testes de recuperabilidade efetuadas pela Administração, os valores serão recuperados ao longo dos próximos anos. Dentre os fatores considerados está o fato do Resultado antes do resultado financeiro e tributos (resultado operacional) consolidado encontrar-se positivo (R\$105.854 em 2016 e R\$73.985 em 2015). Parte significativa dos prejuízos apresentados nos exercícios são decorrentes das despesas financeiras proveniente dos juros das debêntures emitidas junto à Pentágono S.A.. Com o início da amortização do principal da dívida, a partir de outubro de 2016, as despesas financeiras da Companhia serão reduzidas, recuperando a situação dos prejuízos anteriormente apresentados.

Adicionalmente, a controlada ECE Participações possui contratos de venda de energia elétrica comercializados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR que garantem receitas por todo o prazo da concessão.

1.1 Concessões

A ECE Participações detém o direito de concessão da UHE Jari por meio do Contrato de Concessão nº 04/02, celebrado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com as seguintes características:

Usina	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	Outorga	
				(MW)*	(MWm)*
ECE Participações do Jari	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044	

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari e Almeirim, nos estados do Amapá e Pará, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 217,7 MWm, 210,9 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no ACR. Dos 210,9 MWm, 190 MWm foram comercializados em dezembro de 2010 pelo preço estabelecido de R\$104,00 por MWh pelo prazo de 30 anos a partir de janeiro de 2015 e 20,9 MWm foram comercializados em dezembro de 2012 pelo preço estabelecido de R\$82,00 por MWh pelo prazo de 28 anos a partir de janeiro de 2017. Ambos os preços são reajustados anualmente pelo IPCA.

O prazo do contrato de concessão inicial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo assinado em 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

A ECE Participações recebeu da ANEEL em 17 de setembro, 14 de novembro, 19 e 31 de dezembro de 2014, as Declarações Comerciais de Operação - DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A energia gerada em 2014 (de setembro a dezembro) foi comercializada como sobra de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e, a partir de 1º de janeiro de 2015, todas as unidades geradoras autorizadas passaram a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A ECE Participações, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico UHE Jari, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual fixado na data de assinatura do Contrato de Concessão, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$22.350 (R\$21.040 em 31 de dezembro de 2015) (Nota 19). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A ECE Participações aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2017.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 14 e 15); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 20.1); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1); e Provisão para licenças ambientais (Nota 20.2).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 13).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

A ECE Participações é consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de

avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias (Nota 5) que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e da sua controlada identificarem que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e sua controlada procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, independentemente de ter indicações de perdas não recuperáveis, têm a recuperação do seu valor testada anualmente.

2.8 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes.

Em relação às normas ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada descritas abaixo, a Administração acredita que as mesmas não gerarão efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.8.1 Normas e interpretações novas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)

Em janeiro de 2016 foi emitida a IFRS 16 que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. A IFRS 16 requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16, em geral, deverá ser aplicada retrospectivamente e substituirá o IAS 17 (CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil) e correspondentes interpretações.

2.8.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC e ainda não adotadas pela Companhia e sua controlada

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 47 em correlação à norma IFRS 15. Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de em 1º de janeiro de 2018 e substituirá o CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

Em dezembro de 2016 foi emitido o CPC 48 em correlação à norma IFRS 9. Esta norma substituirá o CPC 38 - Instrumentos Financeiros:

Reconhecimento e Mensuração (IAS 39) e traz como principais modificações: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge (hedge accounting)* menos rigorosos. O CPC 48, em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 10/16 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

A revisão estabelece alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas.

2.8.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2016

A Companhia e sua controlada, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. As normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Nova adesão à proposta de repactuação de Risco Hidrológico

Em 23 de setembro de 2016 a ECE Participações protocolou na ANEEL pedido de aprovação da repactuação do risco hidrológico no ACR, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, relativo aos 20,9 MWm adicionais vendidos no 15º Leilão de Energia Nova.

A adesão foi embasada na avaliação dos vários cenários de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e *Generation Scaling Factor - GSF*, por meio de um modelo econômico financeiro, tendo como principal objetivo o equilíbrio entre o custo efetivo do risco hidrológico e o custo do prêmio de risco associado a opção de repactuação.

Após análises, a ECE Participações optou pela repactuação do risco hidrológico ao ACR no produto SP89, onde 89% da exposição ao GSF é protegida. Em 29 de novembro de 2016 a ANEEL, por meio do Despacho nº 3.110/16, anuiu a adesão da ECE participações à proposta de repactuação do risco hidrológico.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	971	545	18.496	27.247
Aplicações financeiras - renda fixa				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			14.090	
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures			13.889	47.392
	-	-	27.979	47.392
Total	971	545	46.475	74.639

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da controlada ECE Participações estão remunerados à taxas que variam de 96,00% a 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

5 Concessionárias

	Consolidado				
	Valores Correntes			Saldo líquido em 31/12/2016	Saldo líquido em 31/12/2015
	A Vencer Até 60 dias	Vencida Até 90 dias	De 91 a 180 dias		
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	32.364	299	1.715	34.378	30.887
Energia de curto prazo	689			689	
Total Circulante	33.053	299	1.715	35.067	30.887

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD sobre o saldo a receber em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, uma vez que os valores vencidos encontram-se em processo de negociação junto aos devedores. Adicionalmente, visto que as comercializações ocorreram no ACR, as partes estão sujeitas às regras estabelecidas pela ANEEL, o que agrega confiabilidade e controle sobre a inadimplência intrasetorial, podendo o devedor, inclusive, ter revogada a sua concessão.

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado						
				Ativo			Passivo		Receitas (Despesas)	
				Circulante		Não circulante	Não circulante		Operacionais	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8.1)										
CTG Brasil	Controladora em conjunto		05/10/2015 a indeterminado			64.600	13.000			
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		05/10/2015 a indeterminado			64.600	13.000			
				-	-	-	-	-	-	
						129.200	26.000			
Outras contas a pagar										
Compartilhamento de gastos com gestores										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/07/2012 a 31/12/2015				48		(48)	
				-	-	-	48	-	(48)	
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (a)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2018			71	109	(62)	(109)	
EDP Escelsa	Controle comum		29/07/2015 a 29/07/2019			1	1	(10)	(3)	
				-	-	-	-	(72)	(112)	
						72	110		(112)	
Contrato Jurídico sobre o Parecer do GSF										
Energest	Controle Comum		31/12/2015				4		(4)	
Contrato de prestação de serviços (b)										
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto		01/01/2015 a 31/12/2016					(438)	(438)	
EDP PCH	Controle Comum		01/01/2016 a 31/12/2018			237		(436)		
				-	-	-	-	(874)	(442)	
				-	-	-	-	(946)	(602)	
				4.527	2.721	4	129.509	26.162	19.554	
								19.554	25.421	

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

a) Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de infraestrutura com partes relacionadas ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

EDP - Energias do Brasil

O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia e a ECE Participações possuem instaladas suas matrizes.

Em 28 de julho de 2015, após a anuência da ANEEL conforme Despacho nº 2.430/15, foi firmado o “Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura” entre EDP - Energias do Brasil e a Companhia, estabelecendo novos percentuais de rateio na base São Paulo, envolvendo empresas delegatárias de serviço público. O referido Contrato possui cláusula específica permitindo o rateio desde 1º de Janeiro de 2015 com vigência de 48 meses a partir da data de publicação do Despacho e está em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, válida a época da celebração do contrato.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o contrato firmado entre a EDP - Energias do Brasil, a Companhia e a ECE Participações poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

EDP Escelsa

Este contrato tem por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o “Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura” nas localidades: (i) Sede em São Paulo - SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Escelsa, EDP Bandeirante e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina - ES, tendo como Contratada a EDP Escelsa e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a EDP Escelsa foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Despacho nº 987.

b) Contrato de prestação de serviços:

Os contratos não necessitam ser submetidos à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

Considerando a publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, que revogou a Resolução Normativa nº 334/08, estes contratos poderão sofrer alterações quando da sua renovação contratual.

EDP - Energias do Brasil

O contrato, com previsão de vigência de 24 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015, tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, contabilidade, auditoria interna, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, meio ambiente, planejamento e controle, etc.

EDP PCH

O contrato, com previsão de vigência de 36 meses contados a partir de 1 de janeiro de 2016, tem por objetivo a prestação de serviços de operação e engenharia de operação e manutenção como por exemplo, atividades relacionadas a assuntos energéticos, a assuntos de intervenções e atividades relacionadas à área administrativa-técnica da operação da usina.

8.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo - Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	26.000
AFAC - EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil	27.000
Aumento de capital social (Nota 21.1)	(53.000)
AFAC - EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil	129.200
Saldo em 31 de dezembro de 2016	129.200

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA, realizada em 5 de outubro de 2016, foi aprovado aporte de capital no montante de R\$129.200, na proporção que cada acionista detém no capital social, sendo R\$64.600 aportados pela EDP - Energias do Brasil e R\$64.600 aportados pela CTG Brasil. Os montantes foram contabilizados como Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC e serão integralizados na próxima Assembleia realizada pela Companhia.

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Outros créditos - Ativo									
Serviços em curso	12.1					6.199	6.453		
Ressarcimento de custos - CDE						364			
Devolução - Prêmio de seguro	8							4	
Estoques						23			
Despesas pagas antecipadamente						1.420	1.183		
Outros						14	84		
Total		-	-	-	-	8.020	7.720	4	-
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						10			
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			36	36			309	162
Obrigações sociais e trabalhistas	12.2					722	852		
Encargos setoriais						140	177		
Outros		7	7			125	248		
Total		7	7	36	36	997	1.277	309	162

12.1 Serviços em curso

Valores referentes a custos de projeto de P&D de sistemas fotovoltaicos aplicados desde a fase de construção, a ser compensados com as obrigações no programa de P&D (Nota 1.1.2).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

13 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na ECE Participações, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto (capital votante), é avaliada por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessará a partir da data em que a Companhia perde o controle da investida.

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Nota	Saldo em 31/12/2015	Equivalência patrimonial	Dividendos/ JSCP	Amortização	Saldo em 31/12/2016
ECE Participações		529.460	43.840	(22.862)		550.438
Direito de Concessão	13.1.2	332.271			(11.457)	320.814
Total		861.731	43.840	(22.862)	(11.457)	871.252

13.1.2 Direito de Concessão

O Direito de Concessão é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente, e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2044.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 15.2.2).

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Participação direta dos investimentos

Empresa	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado líquido do exercício		
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016		31/12/2015		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	2016	2015	2016	2015	
	Ordinárias/Quotas	Prefe-renciais	Ordinárias/Quotas	Prefe-renciais	Capital social integra-lizado	Capital votante	Capital social integra-lizado	Capital votante											
ECE																			
Participações	217.003	18.545	217.003	18.545	100,00	100,00	100,00	100,00	1.368.095	1.385.459	826.954	865.628	541.141	519.831	230.243	212.597	44.172	31.477	

13.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	ECE Participações	
	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido - Saldo inicial	519.831	548.433
Distribuição de dividendos aos acionistas	(22.862)	(60.079)
Lucro líquido do exercício	44.172	31.477
Patrimônio líquido - Saldo final	541.141	519.831
Percentual de participação societária - %	100%	100%
Participação nos investimentos	541.141	519.831
Juros capitalizados	9.297	9.629
Direito de Concessão	320.814	332.271
Saldo contábil do investimento na Controladora	871.252	861.731

14 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no exercício citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

14.1 Composição do imobilizado

	Controladora							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depre-ciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depre-ciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Veículos	14,29	71	(71)	-	14,29	71	(71)	-
		71	(71)	-		71	(71)	-
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(20)	-	16,67	20	(16)	4
		20	(20)	-		20	(16)	4
Total Imobilizado		91	(91)	-		91	(87)	4

	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depre-ciação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de depreciação %	Custo histórico	Depre-ciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		759		759		759		759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,50	402.649	(19.150)	383.499	1,95	401.983	(10.885)	391.098
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,50	344.363	(16.944)	327.419	3,51	341.640	(9.592)	332.048
Máquinas e equipamentos	3,89	431.799	(28.370)	403.429	3,75	406.307	(14.728)	391.579
Veículos	14,29	1.297	(153)	1.144	14,29	1.174	(604)	570
		1.180.867	(64.617)	1.116.250		1.151.863	(35.809)	1.116.054
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	2.919	(227)	2.692	3,33	2.919	(130)	2.789
Máquinas e equipamentos	3,22	36.639	(2.750)	33.889	3,43	36.639	(1.572)	35.067
		39.558	(2.977)	36.581		39.558	(1.702)	37.856
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,67	20	(20)	-	16,67	20	(16)	4
Móveis e utensílios	6,25	227	(43)	184	6,25	362	(50)	312
		247	(63)	184		382	(66)	316
Total do Imobilizado em serviço		1.220.672	(67.657)	1.153.015		1.191.803	(37.577)	1.154.226
Imobilizado em curso								
Geração		180		180		12.243		12.243
Total do Imobilizado em curso		180	-	180		12.243	-	12.243
Total Imobilizado		1.220.852	(67.657)	1.153.195		1.204.046	(37.577)	1.166.469

14.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora			Valor líquido em 31/12/2016	
	Valor líquido em 31/12/2015	Depreciações	Baixas		
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	4	(3)	(1)	-	
Total do Imobilizado em serviço	4	(3)	(1)	-	
Total do Imobilizado	4	(3)	(1)	-	
	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2016
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Transfe-rência para imobilizado em serviço	Depre-ciações	
Imobilizado em serviço					
Terrenos	759				759
Reservatórios, barragens e adutoras	391.098		666	(8.265)	383.499
Edificações, obras civis e benfeitorias	334.837		2.724	(7.450)	330.111
Máquinas e equipamentos	426.650		25.550	(14.829)	437.318
Veículos	570		1.040	(110)	1.144
Móveis e utensílios	312			(19)	184
Total do Imobilizado em serviço	1.154.226	-	29.980	(30.673)	(518)
Imobilizado em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras	529	137	(666)		-
Edificações, obras civis e benfeitorias	442	2.282	(2.724)		-
Máquinas e equipamentos	455	15.119	(25.550)		9.976
Adiantamento a fornecedores	405				(405)
A ratear	9.571				(9.571)
Outros	841	379	(1.040)		180
Total do Imobilizado em curso	12.243	17.917	(29.980)	-	-
Total do Imobilizado	1.166.469	17.917	-	(30.673)	(518)

15 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

15.1 Composição do intangível

	Controladora							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amorti-zação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amorti-zação acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	26	(26)	-	20,00	26	(26)	-
Total Intangível		26	(26)	-		26	(26)	-

	Consolidado							
	31/12/2016				31/12/2015			
	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amorti-zação acumulada	Valor líquido	Taxa anual média de amortização %	Custo histórico	Amorti-zação acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	6.705	(4.331)	2.374	25,00	6.705	(2.654)	4.051
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	3,22	18.975	(1.387)	17.588	3,22	18.974	(763)	18.211
Direito de concessão - Outros	3,31	545.245	(40.555)	504.690	3,31	545.245	(22.531)	522.714
		570.925	(46.273)	524.652		570.924	(25.948)	544.976
Administração								
Software	20,00	32	(26)	6	20,00	26	(26)	-
Direito de concessão - Outros	3,30	39.028	(2.903)	36.125	3,30	39.028	(1.612)	37.416
		39.060	(2.929)	36.131		39.054	(1.638)	37.416
Total do Intangível em serviço		609.985	(49.202)	560.783		609.978	(27.586)	582.392
Intangível em curso								
Geração		5.291		5.291				-
Administração		122		122		121		121
Total do Intangível em curso		5.413	-	5.413		121	-	121
Total Intangível		615.398	(49.202)	566.196		610.099	(27.586)	582.513

15.2 Movimentação do intangível

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2015	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amorti-zações	Valor líquido em 31/12/2016
Intangível em serviço					
Software	-			6	6
Direito de concessão - Licenças ambientais	4.051			(1.677)	2.374
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	15.2.1	18.211		(623)	17.588
Direito de concessão - Outros	15.2.2	560.130		(19.315)	540.815
Total do Intangível em serviço	582.392	-	6	(21.615)	560.783
Intangível em curso					
Outros Intangíveis em curso	15.2.3	121	5.298	(6)	5.413
Total do Intangível em curso		121	5.298	(6)	5.413
Total Intangível		582.513	5.298	-	(21.615)

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Jari. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo (Nota 19) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em setembro de 2014, e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1.1).

15.2.2 Direito de Concessão - Outros

Refere-se à alocação do preço de compra relativa à transferência da participação de 100% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia, anuído em 20 de dezembro de 2011 pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, conforme requerido pelo CPC 15 (R1). A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação da UHE Jari e ocorrerá pelo prazo da concessão (Nota 1.1).

15.2.3 Outros Intangíveis em curso

Do montante de ingressos de R\$5.298, R\$5.292 refere-se a complemento da provisão de gastos com a Licença de Operação - LO da UHE Jari proveniente de revisão dos gastos com as condicionantes exigidas na mesma (Nota 20.2).

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos de uso da rede elétrica			2.976	3.082
Operações CCEE			5.415	14.013
Materiais e serviços	30	33	12.547	10.319
Total	30	33	20.938	27.414

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

17 Debêntures**17.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora e Consolidado								
											31/12/2016		31/12/2015						
											Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante					
										(i) Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil; e (ii) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações	7.893	116.666	116.667	241.226	12.312	116.667	233.333	362.312	
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	35.000	10.000	350.000	07/10/2013	2ª emissão em 07/10/2013 a 07/10/2018	Alongamento da dívida	113,6% do CDI	Principal anual a partir de outubro de 2016 e juros semestrais										
(-) Custos de emissão	CEJA			(1.889)					Amortização mensal					(412)	(412)			(849)	(849)
Total											7.893	116.666	116.255	240.814	12.312	116.667	232.484	361.463	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

17.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2015	Pagamentos	Juros provisionados	Tranfe-reências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante						
Principal	116.667	(116.667)		116.666		116.666
Juros	12.312	(54.580)	50.161			7.893
Custo de transação	-			(437)	437	-
	128.979	(171.247)	50.161	116.229	437	124.559
Não circulante						
Principal	233.333			(116.666)		116.667
Custo de transação	(849)			437		(412)
	232.484	-	-	(116.229)	-	116.255

17.3 Vencimento das parcelas

	Controladora e Consolidado
Circulante	
2017	124.559
	124.559
Não circulante	
2018	116.255
	240.814

A emissão de debêntures efetuada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos. A escritura apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- (i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos debenturistas, uma vez decorrido 5 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
 - (ii) Se a Emissora ou Fiadora requererem recuperação extrajudicial ou tiverem recuperação judicial ou sua falência decretada;
 - (iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o exercício de vigência das debêntures;
 - (iv) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em alteração direta do seu controle acionário, exceto se: (a) referida alteração resultar em mudança do controle societário da Emissora para outra sociedade do mesmo Grupo Econômico (assim definido como o conjunto de sociedades controladas pela Fiadora, excluídas as coligadas da Fiadora); ou (b) tiver obtido anuência prévia de debenturistas que representem 2/3 dos titulares das debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;
 - (v) Ocorrência de qualquer alteração societária na ECE Participações, incluindo cisão, fusão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, bem como ocorrência de dissolução ou liquidação, salvo se for obtida anuência prévia de debenturistas que representem 2/3 dos titulares das debêntures em circulação reunidos em AGD;
 - (vi) Perda ou término antecipado das concessões de energia elétrica da Fiadora ou intervenção pelo Poder Concedente, em relação a qual não caiba mais qualquer recurso administrativo ou judicial, que individualmente ou em conjunto, representem mais de 10% da receita líquida consolidada da Fiadora no último exercício social;
 - (vii) Protesto cambiário contra a Emissora ou Fiadora, cujo valor, individualmente, seja igual ou superior à R\$60.000 e R\$75.000, respectivamente, não contestados de boa-fé pela Emissora; e
 - (viii) Notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente, seja igual ou superior a R\$60.000 para a Emissora ou de R\$75.000 para a Fiadora, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora ou pela Fiadora.
- Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Moeda nacional	Empresa contratado	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantia	Consolidado									
											31/12/2016		31/12/2015							
											Encargos Circulante	Encargos Não Circulante	Encargos Circulante	Encargos Não Circulante						
										(i) Penhor de Ações; (ii) Contas Vinculadas; (iii) Vinculação de receitas; (iv) Fiança Corporativa da Energias do Brasil; e (v) Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	2.519	51.847	689.670	744.036	2.653	51.113	731.013	784.779		
	ECE Participações	736.807	13/12/2012	716.430	13/12/2012	Implementação do projeto de construção da UHE Jari.	i. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização. ii. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 25%	TJLP + 1,86% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/06/2015. Amortização mensal do custo de transação											
	(-) BNDES - Custos de Transação	(1.474)	13/12/2012	(1.474)	13/12/2012									(122)	(930)	(1.052)		(131)	(1.071)	(1.202)
											2.519	51.725	688.740	742.984	2.653	50.982	729.942	783.577		

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2015	Pagamentos	Juros provisionados	Transfe-rências de amortização do custo de transação	Varição monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante						
Principal	51.113	(51.478)		51.476	736	51.847
Juros	2.653	(58.920)	58.752		34	2.519
Custo de transação	(131)			(141)	150	(122)
	53.635	(110.398)	58.752	51.335	150	54.244
Não circulante						
Principal	731.013			(51.476)	10.133	689.670
Custo de transação	(1.071)			141		(930)
	729.942	-	-	(51.335)	-	688.740

18.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado
Circulante	
2017	54.244
	54.244
Não circulante	
2018	51.868
2019	51.727
2020	51.737
2021	51.400
2022 até 2026	255.912
2027 até 2031	226.096
	688.740
Total	742.984

19 Uso do Bem Público - UBP

O UBP é um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

Na ECE Participações, o valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 15) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento na data do reconhecimento inicial.

No exercício, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2016, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2015	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transfe-rências	Valor líquido em 31/12/2016
Circulante						
Uso do Bem Público	1.514	(5)	55	(1.601)	1.710	1.673
	1.514	(5)	55	(1.601)	1.710	1.673
Não circulante						
Uso do Bem Público	19.526	(464)	3.325		(1.710)	20.677
	19.526	(464)	3.325	-	(1.710)	20.677

20 Provisões

	Consolidado			
	Nota	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1			367
Licenças ambientais	20.2	11.870	10.228	3.717
Total		11.870	10.228	4.084

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A ECE Participações é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e de sua controlada.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Consolidado						31/12/2016	31/12/2015
		Passivo			Ativo				
		Saldo em 31/12/2015	Consti- tuição	Paga- mentos	Rever- sões	Atualiza- ções mone- tárias	Saldo em 31/12/2016		
Trabalhistas	20.1.1.1	352	247	(176)	(136)	59	346	446	278
Cíveis			23	(2)			21		
Total		352	270	(178)	(136)	59	367	446	278
Não circulante		352					367	446	278
Total		352					367	446	278

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Consolidado		Ativo	
	31/12/2016	31/12/2015	Depósito judicial (Nota 11)	31/12/2015
	Trabalhistas	1.004	54	77
Cíveis	678	12		
Total	1.682	66	77	112

20.1.3 Risco de perda remota

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, a Companhia entende que deve proceder à divulgação da ação mencionada abaixo.

20.1.3.1 Cíveis

A ECE Participações é parte em ação civil pública em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Belém/PA, movida pelo Ministério Público Federal - MPF, que pleiteia a nulidade do processo de licenciamento ambiental da UHE Jari, com retorno à fase de análise do EIA/RIMA. Em 17 de julho de 2013 houve decisão judicial indeferindo o pedido de liminar do MPF. Por sua vez, o MPF interpôs recurso sobre a decisão. Em 20 de maio de 2015 foi proferida sentença de improcedência da ação, fazendo com que o MPF novamente interpusesse recurso sobre a decisão. Em julho de 2015, a classificação de risco de perda da ação foi alterada para remoto, considerando: (i) existência a favor da ECE Participações de argumentos técnicos consistentes que demonstram a improcedência dos pedidos do MPF; (ii) não concessão de liminar; e (iii) sentença de improcedência da ação. Atualmente aguarda-se o julgamento do recurso.

20.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2016 de R\$15.587 (R\$10.530 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Licença de Operação - LO nº 1.233/2014 foi emitida em 13 de maio de 2014 pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, que autoriza a ECE Participações a operar a UHE Jari, localizada no rio Jari, entre os municípios de Almerim no Estado do Pará (PA) e Laranjal do Jari no Estado do Amapá (AP).

A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a ECE Participações responsável por requerer sua renovação no prazo de 60 dias antes de expirada a sua vigência.

Em março de 2016 a ECE Participações efetuou a revisão dos gastos com as condicionantes exigidas pela LO e constituiu um complemento da provisão no montante de R\$5.292 em contrapartida do Intangível.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 4 anos que representa a vigência da licença.

A ECE Participações realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 6,86% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

A ECE Participações segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a ECE Participações investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da ECE Participações. Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício de 2016 foram de R\$3.211 (R\$6.094 em 2015) e referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental relativos a proteção da biodiversidade e da paisagem e proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas e superficiais, que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Paga- mentos	Transfe- rências	AVP	
Circulante	10.228	1.445	(3.211)	1.046	2.309	53
Não circulante	302	4.446		1.519	(2.309)	(241)
Total	10.530	5.891	(3.211)	2.565	-	(188)

21 Patrimônio líquido**21.1 Capital social**

O capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$578.624 (R\$525.624 em 31 de dezembro de 2015) e está representado por 25.793.746 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$583.291 em 31 de dezembro de 2016 (R\$530.291 em 31 de dezembro de 2015), sendo o valor a integralizar de R\$4.667.

Foi aprovada em AGE, realizada em 12 de abril de 2016, o aumento de capital da Companhia no valor de R\$53.000, sem emissão de novas ações, por meio de integralização de Adiantamento para futuro aumento de capital, conforme mencionado na nota 8.1, aportados pelos acionistas na mesma proporção de seu capital social.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$619.581, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária atualizada:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	12.896.873	50,00	12.896.873	50,00
Total	25.793.746	100,00	25.793.746	100,00

22 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; e (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	2016	2015	2016	2015
Suprimento de energia	1.846.924	1.841.878	262.488	239.929
Energia de curto prazo	662		3.932	6.795
Receita operacional bruta	1.847.586	1.841.878	266.420	246.724
(-) Deduções à receita operacional			(36.177)	(34.127)
PIS/COFINS			(24.644)	(22.821)
P&D			(2.302)	(2.126)
Outros encargos			(9.231)	(9.180)
Receita	1.847.586	1.841.878	230.243	212.597

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia e na controlada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da produção e do serviço: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora		Consolidado			
	2016	2015	2016		2015	
	Despesas operacionais	Custo da produção	Despesas operacionais	Despesas operacionais	Outras	Total
	Gerais e administrativas	energia elétrica	Com operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda		32.945				32.945
Encargos de uso da rede elétrica		25.102				25.102
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			4.299	94		4.393
Material			438	3		441
Serviços de terceiros	445	516	3.470	2.930		6.400
Depreciação	3	3	30.267	74		30.341
Amortização	11.457	11.461	2.300	19.647		21.947
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					(47)	(47)
Aluguéis e arrendamentos	22	27		1	74	75
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					159	159
Outras	5	10	1.834	799		2.633
Total	11.932	12.017	58.047	42.609	23.621	112 124.389 138.612

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	371	52	8.477	10.325
Juros e atualização monetária sobre impostos	1.014	25	1.461	40
Ajustes a valor presente			201	984
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(64)	(2)	(580)	(218)
Outras receitas financeiras			2.542	980
Total	1.321	75	12.101	12.111
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(50.598)	(53.014)	(109.480)	(112.217)
Variações monetárias moeda nacional			(13.442)	(2.831)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			(159)	(53)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			(59)	(37)
Atualização monetária uso do bem público			(3.380)	(4.340)
Atualização monetária e juros - GSF			(1.659)	
Outras despesas financeiras	(1.850)	(1.395)	(3.471)	(2.884)
Total	(52.448)	(54.409)	(131.650)	(122.362)
	(51.127)	(54.334)	(119.549)	(110.251)

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(19.219)	(35.206)	(13.695)	(36.266)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	6.534	11.970	4.656	12.330
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			-	-
Doações			(58)	
Resultados de equivalência patrimonial	14.906	10.589		
Juros sobre o capital próprio	(6.800)	(5.127)		
Outras				105
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	39.912	(15.113)	44.134	(9.134)
Outros				230
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores				66
Outras				78
Despesa de IRPJ e CSLL	54.552	2.319	49.028	3.379
Alíquota Efetiva	283,84%	6,59%	358,00%	9,32%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2016, a Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	35.333	(32.887)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	25.794	25.794
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,36983	(1,27500)

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas as condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de sua controlada.

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia ou sua controlada gerenciam esses

investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e sua controlada. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• **Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• **Mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• **Outros ao custo amortizado**

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento.

Nota	Níveis	Controladora				Consolidado			
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	
Ativos financeiros									
Valor justo por meio do resultado									
Caixa e equivalentes de caixa	4								
Aplicações financeiras	Nível 2					27.979	47.392	27.979	47.392
Mantidos até o vencimento									
Cauções e depósitos vinculados						33.263	30.341	33.263	30.341
Empréstimos e recebíveis									
Caixa e equivalentes de caixa	4								
Bancos conta movimento			971	545	971	545	18.496	27.247	18.496
Concessionárias	5					35.067	30.887	35.067	30.887
Outros créditos - Partes relacionadas						4		4	
		971	545	971	545	114.809	135.867	114.809	135.867
Passivos financeiros									
Outros ao custo amortizado									
Fornecedores	16	30	33	30	33	20.938	27.414	20.938	27.414
Debêntures	17	241.870	373.747	240.814	361.463	241.870	373.747	240.814	361.463
Uso do bem público						17.957	17.547	22.350	21.400
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas									
Moeda nacional	18					742.984	783.577	742.984	783.577
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	36	36	36	36	309	162	309	162
		241.936	373.816	240.880	361.532	1.024.058	1.202.447	1.027.395	1.193.656

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,36% a.a., que representa a taxa atual de financiamento da UHE Jari.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e sua controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e sua controlada:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada classificados como valor justo por meio do resultado ou mantidos até o vencimento, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência,

indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de risco

A Companhia e sua controlada adotam a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia e de sua controlada. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e sua controlada, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e Debêntures captados pela Companhia e sua controlada apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte o agente fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e sua controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada possuem risco de mercado associado ao CDI e a TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público e Debêntures diferem do seu valor contábil.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e sua controlada. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
		31/12/2016							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Debêntures	CDI	(28.715)	(10.570)		(39.285)	(9.457)	(18.780)	9.570	19.290
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(28.715)	(10.570)	-	(39.285)	(9.457)	(18.780)	9.570	19.290
		Consolidado							
		31/12/2016							
		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	2.949			2.949	737	1.475	(737)	(1.475)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.605			1.605	401	803	(401)	(803)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	4.554	-	-	4.554	1.138	2.278	(1.138)	(2.278)
Debêntures	CDI	(28.715)	(10.570)		(39.285)	(9.457)	(18.780)	9.570	19.290
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(28.715)	(10.570)	-	(39.285)	(9.457)	(18.780)	9.570	19.290
Empréstimos e financiamentos									
- BNDES e CALC	TJLP	(55.032)	(180.455)	(175.004)	(410.491)	(76.268)	(153.163)	76.268	153.163
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(55.032)	(180.455)	(175.004)	(410.491)	(76.268)	(153.163)	76.268	153.163
		(55.032)	(180.455)	(175.004)	(410.491)	(76.268)	(153.163)	76.268	153.163

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de sua controlada.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 10,00% e 13,25% a.a. e TJLP entre 5,50% e 7,50% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e sua controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e sua controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 17 e 18.

A Administração da Companhia e sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e sua controlada são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia e sua controlada, em 31 de dezembro de 2016, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, conseqüentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e sua controlada esperam liquidar as respectivas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora						31/12/2015
	31/12/2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Passivos Financeiros							
Fornecedores	5	25				30	33
Outras contas a pagar							
- Partes relacionadas				36		36	36
Debêntures			124.559	116.255		240.814	361.463
	5	25	124.559	116.291		240.880	361.532

	Consolidado						31/12/2015
	31/12/2016						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	
Passivos Financeiros							
Fornecedores	7.075	6.255	7.608			20.938	27.414
Outras contas a pagar							
- Partes relacionadas				309		309	162
Debêntures			124.559	116.255		240.814	361.463
Empréstimos, financiamentos							
e encargos de dívidas			54.244	206.732	482.008	742.984	783.577
Uso do bem público	143	425	1.105	3.674	17.003	22.350	21.040
	7.218	6.680	187.516	326.970	499.011	1.027.395	1.193.656

27.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e sua controlada possuem debêntures e contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros. *Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e sua controlada exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2016 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 29.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e sua controlada podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

27.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016, foi negativo na Companhia em R\$108.484 (R\$117.058 negativo em 31 de dezembro de 2015) e no consolidado foi negativo em R\$120.331 (R\$78.996 negativo em 31 de dezembro de 2015). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o Capital Circulante Líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. O CCL negativo deve-se principalmente aos juros e principal das Debêntures, que poderão ser pagas com fluxo de dividendos recebido pela controlada e, se necessário, com aportes de capital para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela ECE Participações depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a ECE Participações à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a ECE Participações aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MWm e 89% para 20,9MWm, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Notas 3.1 e 9).

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, a ECE Participações utiliza como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das concessionárias.

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa e Concessionárias.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da controlada em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e sua controlada, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Total dos empréstimos e debêntures	240.814	361.463	983.798	1.145.040
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(971)	(545)	(46.475)	(74.639)
Dívida líquida	239.843	360.918	937.323	1.070.401
Total do Patrimônio Líquido	574.555	486.222	574.555	486.222
Total do capital	814.398	847.140	1.511.878	1.556.623
Índice de alavancagem financeira - %	29,45%	42,60%	62,00%	68,76%

28 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de dividendos e JSCP a receber	17.000	12.817		
Provisão para custos com licença ambiental intangível			5.292	3.984
Aumento de capital com integralização de AFAC	26.000		26.000	
Total	43.000	12.817	31.292	3.984

29 Compromissos contratuais e Garantias**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia e sua controlada apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e da controlada atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 6,86% que representa a taxa média de financiamento para a construção do empreendimento.

	Controladora					31/12/2015
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	6	6			12	289
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	28.715	9.892			38.607	101.409
	28.721	9.898	-	-	38.619	101.698

	Consolidado					31/12/2015
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	342	94			436	187
Obrigações de compra						
Compra de Energia	590	1.143	1.087	11.641	14.461	13.184
Materiais e serviços	10.748	2.663	157	291	13.859	21.141
Prêmio de risco - GSF				63.980	63.980	83.066
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	83.747	98.889	65.413	106.402	354.451	451.123
	95.427	102.789	66.657	182.314	447.187	568.701

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2016, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora					31/12/2015
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	
Obrigações de compra						
Materiais e serviços	5	5			10	243
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	30.955	13.592			44.547	111.972
	30.960	13.597	-	-	44.557	112.215

	Consolidado					31/12/2015
	31/12/2016					
	2017	2018 a 2019	2020 a 2021	A partir de 2022	Total geral	
Responsabilidades com locações operacionais	275	77			352	157
Obrigações de compra						
Compra de Energia	590	1.179	1.181	14.677	17.627	16.581
Materiais e serviços	8.640	2.197	136	272	11.245	18.021
Prêmio de risco - GSF				241.616	241.616	88.828
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	85.985	111.712	82.328	174.998	455.023	590.194
	95.490	115.165	83.645	431.563	725.863	713.781

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Depósito caucionado	Empréstimos e financiamentos			33.262	30.341
Fiança bancária	Empréstimos e financiamentos			371.914	392.379
	Debêntures	120.613	181.156	120.613	181.156
Fiança corporativa	Empréstimos e financiamentos	120.613	181.156	371.914	392.379
	Debêntures			120.613	181.156
Receíveis	Outros	2.333		2.333	
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos			473.276	473.276
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos			744.036	784.758
		243.559	362.312	2.237.961	2.435.445

30 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	Limite em máximo de indenização	31/12/2015	Limite em máximo de indenização
Subestações			31.504	200.000		
Usinas			1.006.556		949.331	200.000
Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000		
Transportes (veículos)			1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais			3.480	(*)	3.766	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$55 e o limite máximo de R\$556.

A ECE Participações possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia e sua controlada possuem cobertura para riscos de Responsabilidade civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura em excesso para até R\$50.000; e
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.990.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente
Yujun Liu
Conselheiro

João Antonio Pinheiro Sampaio Meirelles
Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima e Castro
Conselheira
Yinsheng Li
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

José Cherem Pinto
Diretor Operacional e Técnico

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP 261342/O-2

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Diretor Financeiro

Ke Xu
Diretor Administrativo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética do Jari - CEJA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA e da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6